

<i>Prefácio</i>	VII
<i>Nota do Autor</i>	IX

PARTE GERAL

I — INTRODUÇÃO	3
1 CONCEITO DE DIREITO PENAL	3
2 CARACTERES DO DIREITO PENAL	3
3 CLASSIFICAÇÃO DO DIREITO PENAL	4
3.1 Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo	5
3.2 Direito Penal comum e Direito Penal especial	5
3.3 Direito Penal adjetivo e Direito Penal substantivo	5
4 CIÊNCIAS PENAIS E AUXILIARES DO DIREITO PENAL	5
5 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	6
5.1 Princípio da legalidade	6
5.2 Princípio da aplicação da lei mais favorável	6
5.3 Princípio da taxatividade	7
5.4 Princípio da ofensividade (princípio do fato ou princípio da exclusiva proteção do bem jurídico)	7
5.5 Princípio da alteridade (princípio da transcendentalidade)	7
5.6 Princípio da adequação social	7
5.7 Princípio da intervenção mínima (Direito Penal mínimo)	8
5.8 Princípio da insignificância (bagatela)	8
5.9 Princípio do Direito Penal máximo	8
5.10 Princípio da proporcionalidade da pena	9
5.11 Princípio da individualização da pena	9
5.12 Princípio da humanidade	10
5.13 Princípio da razoabilidade	10
II — FONTES DO DIREITO PENAL	11
1 FONTES MATERIAIS	11
2 FONTES FORMAIS	11
2.1 Fonte formal imediata	11
2.1.1 Lei e norma penal	11
2.1.2 Norma penal em branco	12

2.1.3	Integração da norma penal	13
2.1.4	Norma penal incompleta	13
2.2	Fontes formais mediatas	13
2.2.1	Costume	14
2.2.2	Princípios gerais de direito	14
2.2.3	Analogia não é fonte do Direito Penal.	14
III — INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL		17
I	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO SUJEITO	17
1.1	Interpretação autêntica	17
1.2	Interpretação doutrinária.	17
1.3	Interpretação jurisprudencial.	18
2	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO MODO	18
2.1	Interpretação gramatical	18
2.2	Interpretação lógica	18
3	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO RESULTADO	18
3.1	Interpretação declarativa	18
3.2	Interpretação restritiva.	18
3.3	Interpretação extensiva.	18
IV — APLICAÇÃO DA LEI PENAL		21
I	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.	21
2	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO	22
2.1	Vigência e revogação da lei penal	22
2.2	Conflito de leis penais no tempo	23
2.3	Hipóteses de conflitos de leis penais no tempo	23
2.4	Ultra-atividade.	23
2.5	Eficácia das leis penais temporárias e excepcionais.	24
2.6	Tempo do crime.	24
3	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO	25
3.1	Princípios relativos à lei penal no espaço	25
3.2	Princípios adotados pelo Brasil.	26
3.3	Território	26
3.4	Lugar do crime.	27
3.5	Teoria adotada pelo Brasil.	27
3.6	Extraterritorialidade	27
3.7	Pena cumprida no estrangeiro	29
4	EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO A DETERMINADAS PESSOAS	29
4.1	Imunidades diplomáticas.	30

4.2	Imunidades parlamentares.....	30
5	OUTRAS DISPOSIÇÕES.....	31
5.1	Eficácia de sentença estrangeira.....	31
5.2	Contagem de prazos.....	32
5.3	Frações não computáveis da pena.....	32
5.4	Legislação especial.....	32
V	— TEORIA DO CRIME.....	33
I	CONCEITO DE CRIME.....	33
1.1	Sujeito ativo.....	34
1.2	Sujeito passivo.....	34
1.3	Capacidade penal.....	34
1.4	Objeto do crime.....	34
1.5	Punibilidade.....	34
1.6	Crime e contravenção penal.....	35
1.7	Classificação dos crimes.....	35
2	FATO TÍPICO.....	41
2.1	Teoria do tipo.....	42
2.1.1	Conflito aparente de normas.....	43
2.2	Conduta.....	44
2.2.1	Formas de conduta.....	44
2.2.2	Crimes omissivos próprios.....	45
2.2.3	Crimes omissivos impróprios.....	45
2.2.4	Crimes omissivos por comissão.....	45
2.2.5	Caso fortuito e força maior.....	46
2.3	Nexo de causalidade.....	46
2.3.1	Teoria da equivalência dos antecedentes.....	46
2.3.2	Superveniência causal.....	47
2.4	Resultado.....	48
2.4.1	Crime qualificado pelo resultado.....	48
2.5	Crime consumado e crime tentado.....	49
2.5.1	Consumação.....	49
2.5.2	Tentativa.....	50
2.5.3	“Iter criminis”.....	50
2.5.4	Cogitação.....	50
2.5.5	Atos preparatórios e atos de execução.....	51
2.5.6	Elementos da tentativa.....	51
2.5.7	Espécies de tentativa.....	51
2.5.8	Pena da tentativa.....	52
2.6	Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior.....	52
2.7	Crime impossível.....	53

2.8	Crime doloso	53
2.8.1	Conceito de dolo.	53
2.8.2	Teorias sobre o dolo	54
2.8.3	Teorias adotadas pelo Brasil	54
2.8.4	Espécies de dolo	54
2.9	Crime culposo	55
2.9.1	Cuidado objetivo.	55
2.9.2	Previsibilidade	55
2.9.3	Elementos do fato típico culposo.	56
2.9.4	Imprudência, negligência e imperícia	56
2.9.5	Espécies de culpa.	56
2.9.6	Excepcionalidade do crime culposo	57
2.9.7	Outras questões referentes à culpa	57
2.10	Crime preterdoloso	58
3	ERRO DE TIPO	58
3.1	Conceito de erro de tipo	58
3.2	Espécies de erro de tipo.	59
3.2.1	Erro de tipo essencial	59
3.2.2	Erro de tipo acidental	59
3.2.2.1	Espécies	59
3.2.3	Erro sobre o objeto — “error in objeto”.	60
3.2.4	Erro sobre a pessoa — “error in persona”.	60
3.2.5	Erro na execução — “aberratio ictus”	60
3.2.5.1	Designios autônomos	62
3.2.6	Resultado diverso do pretendido — “aberratio criminis (delicti)”.	62
3.2.7	Erro determinado por terceiro	63
3.2.8	Descriminantes putativas	63
4	ANTI JURIDICIDADE.	64
4.1	Conceito.	64
4.2	Causas de exclusão da antijuridicidade	64
4.3	Estado de necessidade	65
4.3.1	Conceito	65
4.3.2	Natureza jurídica.	66
4.3.3	Requisitos	66
4.3.4	Causa de diminuição da pena	66
4.3.5	Formas de estado de necessidade	67
4.4	Legítima defesa	67
4.4.1	Conceito	67
4.4.2	Natureza jurídica.	67
4.4.3	Requisitos	67
4.4.4	Formas de legítima defesa.	68

4.4.5	Legítima defesa subjetiva	68
4.4.6	Legítima defesa sucessiva	69
4.4.7	Legítima defesa recíproca	69
4.4.8	Provocação e legítima defesa	69
4.4.9	Ofendículas	69
4.4.10	Questões interessantes sobre legítima defesa	70
4.5	Estrito cumprimento do dever legal	71
4.6	Exercício regular de direito	71
4.7	O consentimento do ofendido	71
4.8	Risco permitido	72
4.9	Violência desportiva	72
4.10	Excesso punível	72
5	CULPABILIDADE	73
5.1	Conceito	73
5.2	Elementos da culpabilidade	74
5.3	Imputabilidade	74
5.3.1	“Actio libera in causa”	74
5.3.2	Causas excludentes da imputabilidade	74
5.3.3	Semi-imputabilidade	77
5.4	Potencial consciência da ilicitude	78
5.4.1	Inescusabilidade do desconhecimento da lei	78
5.4.2	Erro de proibição	78
5.5	Exigibilidade de conduta diversa	79
5.5.1	Coação moral irresistível	80
5.5.2	Obediência hierárquica	80
6	CONCURSO DE PESSOAS	81
6.1	Concurso necessário e eventual	81
6.2	Formas de concurso de agentes	81
6.3	Requisitos do concurso de agentes	82
6.4	Co-autoria	82
6.5	Participação	82
6.6	Formas de participação	82
6.7	Autoria mediata	83
6.8	Autoria colateral e autoria incerta	83
6.9	Conivência e participação por omissão	83
6.10	Concurso em crime culposo	83
6.11	Punibilidade no concurso de pessoas	84
6.12	Circunstâncias incommunicáveis	84
6.13	Casos de impunibilidade	85

VI — SANÇÃO PENAL	87
1 INTRODUÇÃO	87
2 ESPÉCIES DE SANÇÃO PENAL	87
3 PENA	87
3.1 Conceito de pena	87
3.2 Finalidades da pena	88
3.3 Características da pena	88
3.4 Espécies de pena	88
3.5 Regimes prisionais	89
4 PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	89
4.1 Espécies de penas privativas de liberdade	89
4.2 Forma progressiva de execução da pena	90
4.3 Regime de pena nos crimes hediondos	90
4.4 Regras do regime fechado	91
4.5 Regras do regime semi-aberto	91
4.6 Regras do regime aberto	91
4.7 Casa do albergado	92
4.8 Prisão-albergue domiciliar	92
4.9 Regime especial	93
4.10 Regime disciplinar diferenciado — RDD	93
4.11 Direitos e trabalho do preso	93
4.12 Superveniência de doença mental	94
4.13 Detração penal	94
4.13.1 Detração em pena restritiva de direitos	94
4.13.2 Detração em pena de multa	94
5 PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	95
5.1 Espécies de penas restritivas de direitos	95
5.2 Natureza jurídica	95
5.3 Características	95
5.4 Duração das penas restritivas de direitos	96
5.5 Impossibilidade de cumulação	96
5.6 Conversão	96
5.7 Prestação pecuniária	97
5.8 Perda de bens e valores	97
5.9 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	97
5.10 Interdição temporária de direitos	98
5.11 Limitação de fim de semana	98
6 PENA DE MULTA	99
6.1 Conceito	99
6.2 Cominação e aplicação	99
6.3 Pagamento da multa	100

7	APLICAÇÃO DA PENA	100
7.1	Circunstâncias do crime.....	101
7.2	Circunstâncias judiciais	101
7.3	Circunstâncias legais	102
7.4	Circunstâncias agravantes	103
7.4.1	Aplicação obrigatória	103
7.4.2	Rol taxativo.....	103
7.4.3	Análise das circunstâncias agravantes.....	103
7.5	Reincidência.....	105
7.5.1	Conceito	105
7.5.2	Formas.....	105
7.5.3	Pressuposto da reincidência	105
7.5.4	Réu primário e réu reincidente.....	106
7.5.5	Efeitos da reincidência	106
7.5.6	Crimes que não geram reincidência	107
7.5.7	Eficácia temporal da condenação anterior.....	107
7.6	Circunstâncias agravantes no concurso de pessoas.....	107
7.7	Circunstâncias atenuantes	108
7.7.1	Aplicação obrigatória	108
7.7.2	Análise das circunstâncias atenuantes.....	108
7.7.3	Circunstâncias inominadas	110
8	FIXAÇÃO DA PENA	110
8.1	Momento judicial de fixação da pena.....	110
8.2	Juízo de culpabilidade	110
8.3	Cálculo da pena	110
8.4	Concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes.....	111
9	CONCURSO DE CRIMES.....	111
9.1	Noções gerais.....	111
9.2	Sistemas de aplicação da pena.....	111
9.3	Espécies de concurso	112
9.4	Concurso material	112
9.4.1	Conceito	112
9.4.2	Espécies	113
9.4.3	Aplicação da pena.....	113
9.5	Concurso formal	113
9.5.1	Conceito	113
9.5.2	Espécies	114
9.5.3	Aplicação da pena.....	114
9.5.4	Cúmulo material benéfico.....	114
9.6	Crime continuado	115
9.6.1	Conceito	115
9.6.2	Natureza jurídica.....	115

9.6.3	Crimes da mesma espécie	115
9.6.4	Requisitos	115
9.6.5	Condições objetivas semelhantes	116
9.6.6	Espécies de crime continuado	116
9.6.7	Aplicação da pena	117
9.6.8	Diferença entre crime continuado e outras figuras jurídicas semelhantes	117
9.7	Aplicação da pena de multa	117
10	LIMITE DAS PENAS	118
11	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	118
11.1	Conceito	119
11.2	Sistemas	119
11.3	Formas	119
11.4	Requisitos	120
11.5	Período de prova	120
11.6	Condições	120
11.7	Revogação do “sursis”	121
11.7.1	Cassação do “sursis”	121
11.7.2	Restabelecimento do “sursis”	121
11.8	Prorrogação do “sursis”	122
11.9	Questões interessantes	122
12	LIVRAMENTO CONDICIONAL	124
12.1	Conceito	124
12.2	Requisitos	124
12.3	Concessão	125
12.4	Condições	126
12.5	Revogação	126
12.6	Restauração do livramento	127
12.7	Prorrogação do livramento	127
12.8	Extinção do livramento	127
13	MEDIDA DE SEGURANÇA	127
13.1	Conceito	128
13.2	Pressupostos de aplicação das medidas de segurança	128
13.3	Espécies de medida de segurança	128
13.4	Aplicação da medida de segurança	129
13.5	Medida de segurança substitutiva	129
13.6	Sistema vicariante	130
14	EFEITOS DA CONDENAÇÃO	130
14.1	Conceito de condenação	130
14.2	Efeitos secundários de natureza penal	131
14.3	Efeitos secundários de natureza extrapenal	131

15	REABILITAÇÃO.....	132
15.1	Conceito.....	132
15.2	Prazo para requerimento.....	132
15.3	Condições da reabilitação.....	132
15.4	Procedimento da reabilitação.....	132
15.5	Efeitos da reabilitação.....	133
15.6	Revogação da reabilitação.....	134
VII	— AÇÃO PENAL.....	135
1	CONCEITO.....	135
2	CLASSIFICAÇÃO.....	135
3	AÇÃO PENAL PÚBLICA.....	135
3.1	Noções gerais.....	135
3.2	Espécies.....	136
3.2.1	Ação penal pública incondicionada.....	136
3.2.2	Ação penal pública condicionada.....	136
3.3	Ação penal nos crimes complexos.....	137
4	AÇÃO PENAL PRIVADA.....	138
4.1	Noções gerais.....	138
4.2	Espécies.....	138
4.2.1	Ação penal privada exclusiva.....	138
4.2.1.1	Ação penal privada personalíssima.....	139
4.2.2	Ação penal privada subsidiária.....	139
5	FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO PENAL.....	139
VIII	— EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	141
1	CONCEITO DE PUNIBILIDADE.....	141
2	CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	141
3	EFEITOS DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	141
4	ROL EXEMPLIFICATIVO.....	142
5	CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE EM ESPÉCIE.....	142
5.1	Morte do agente.....	142
5.2	Anistia.....	142
5.3	Graça e indulto.....	143
5.4	“Abolitio criminis”.....	144
5.5	Renúncia do direito de queixa.....	145
5.6	Perdão aceito.....	145

5.7	Retratação do agente	146
5.8	Casamento do agente com a vítima.	147
5.9	Casamento da vítima com terceiro	147
5.10	Decadência.	148
5.11	Perempção	149
5.12	Perdão judicial	149
6	PRESCRIÇÃO	150
6.1	Conceito de prescrição	150
6.2	Espécies de prescrição	150
6.3	Prescrição da pretensão punitiva.	150
6.4	Início e interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva	151
6.5	Prescrição da pretensão executória	152
6.6	Início e interrupção do prazo da prescrição da pretensão executória	152
6.7	Prescrição intercorrente.	153
6.8	Prescrição retroativa.	154
6.9	Prescrição antecipada.	155
6.10	Redução dos prazos prescricionais	155
6.11	Prescrição das penas restritivas de direitos	155
6.12	Prescrição da pena de multa	155

PARTE ESPECIAL

I	— INTRODUÇÃO	159
II	— DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	161
I	DOS CRIMES CONTRA A VIDA	161
1.1	Homicídio	161
1.1.1	Homicídio privilegiado.	163
1.1.2	Homicídio qualificado	164
1.1.3	Homicídio culposo	165
1.1.4	Homicídio culposo qualificado	166
1.1.5	Perdão judicial.	166
1.1.6	Ação penal.	167
1.2	Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio.	167
1.2.1	Formas qualificadas.	168
1.3	Infanticídio.	169
1.4	Aborto	170
1.4.1	Auto-aborto	173
1.4.2	Aborto consentido	174
1.4.3	Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante.	174
1.4.4	Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante	174
1.4.5	Aborto qualificado	174

1.4.6	Aborto legal	175
2	DAS LESÕES CORPORAIS	176
2.1	Lesão corporal	176
2.1.1	Violência doméstica	179
3	DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE	179
3.1	Generalidades	179
3.2	Perigo de contágio venéreo	179
3.3	Perigo de contágio de moléstia grave	180
3.4	Perigo para a vida ou saúde de outrem	181
3.4.1	Aumento de pena	182
3.5	Abandono de incapaz	182
3.5.1	Figuras qualificadas pelo resultado	183
3.5.2	Causas de aumento de pena	183
3.6	Exposição ou abandono de recém-nascido	183
3.6.1	Figuras qualificadas pelo resultado	183
3.7	Omissão de socorro	184
3.7.1	Figuras qualificadas pelo resultado	185
3.7.2	Omissão de socorro no Estatuto do Idoso	185
3.8	Maus-tratos	185
3.8.1	Figuras qualificadas pelo resultado	186
3.8.2	Causa de aumento de pena	186
3.8.3	Maus-tratos no Estatuto do Idoso	187
4	DA RIXA	187
4.1	Rixa	187
4.1.1	Rixa qualificada	187
5	DOS CRIMES CONTRA A HONRA	188
5.1	Generalidades	188
5.2	Calúnia	188
5.2.1	Divulgação ou propalação	189
5.2.2	Calúnia contra os mortos	190
5.2.3	Exceção da verdade	190
5.3	Difamação	190
5.3.1	Exceção da verdade	191
5.4	Injúria	191
5.4.1	Perdão judicial	192
5.4.2	Injúria real	192
5.4.3	Injúria por preconceito	193
5.4.4	Injúria etária	193
5.5	Formas qualificadas	194
5.6	Exclusão do crime	194
5.7	Retratação	195

5.8	Pedido de explicações	196
5.9	Ação penal	196
5.10	Crimes contra a honra na Lei de Imprensa.	197
6	DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL.....	198
6.1	Dos crimes contra a liberdade pessoal	198
6.1.1	Constrangimento ilegal.....	198
6.1.1.1	Figuras típicas qualificadas.....	199
6.1.1.2	Concurso material.....	200
6.1.1.3	Causas especiais de exclusão do crime	200
6.1.2	Ameaça	200
6.1.3	Seqüestro ou cárcere privado	201
6.1.3.1	Figuras típicas qualificadas.....	202
6.1.4	Redução a condição análoga à de escravo	203
6.1.4.1	Figuras equiparadas.....	204
6.1.4.2	Causas especiais de aumento de pena.....	204
6.2	Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio	204
6.2.1	Violação de domicílio.....	204
6.2.1.1	Figuras típicas qualificadas.....	206
6.2.1.2	Causas de aumento de pena	206
6.2.1.3	Exclusão da antijuridicidade.....	206
6.2.1.4	Contornos da expressão "casa"	207
6.3	Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência.....	207
6.3.1	Violação de correspondência	207
6.3.1.1	Generalidades	207
6.3.1.2	Violação de correspondência	208
6.3.1.3	Sonegação ou destruição de correspondência	209
6.3.1.4	Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica.....	209
6.3.1.5	Impedimento de telecomunicação	210
6.3.1.6	Instalação ou utilização ilegais	210
6.3.1.7	Disposições comuns	210
6.3.1.8	Ação penal.....	210
6.3.2	Correspondência comercial.....	211
6.4	Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos	211
6.4.1	Divulgação de segredo	211
6.4.2	Violação de segredo profissional	212
III	— DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	215
I	DO FURTO.....	215
I.1	Furto	215
I.1.1	Furto noturno.....	216
I.1.2	Furto privilegiado.....	217
I.1.3	Furto de energia	218
I.1.4	Furto qualificado	219

1.1.4.1	Rompimento de obstáculo	219
1.1.4.2	Abuso de confiança.	220
1.1.4.3	Mediante fraude	220
1.1.4.4	Escalada.	221
1.1.4.5	Destreza.	221
1.1.4.6	Chave falsa.	221
1.1.4.7	Concurso de duas ou mais pessoas.	222
1.1.5	Furto de veículo automotor	222
1.2	Furto de coisa comum.	223
2	DO ROUBO E DA EXTORSÃO	223
2.1	Roubo.	223
2.1.1	Roubo impróprio	225
2.1.2	Roubo circunstanciado	225
2.1.2.1	Emprego de arma	226
2.1.2.2	Concurso de duas ou mais pessoas.	227
2.1.2.3	Transporte de valores	227
2.1.2.4	Subtração de veículo automotor.	228
2.1.2.5	Seqüestro	228
2.1.3	Roubo e lesão corporal grave	229
2.1.4	Latrocínio	229
2.2	Extorsão	231
2.2.1	Extorsão qualificada	233
2.2.2	Extorsão e lesão grave ou morte.	233
2.3	Extorsão mediante seqüestro.	234
2.3.1	Formas qualificadas.	235
2.3.2	Figuras qualificadas pelo resultado.	235
2.3.3	Lei dos Crimes Hediondos.	235
2.3.4	Delação premiada	235
2.4	Extorsão indireta	236
3	DA USURPAÇÃO.	237
3.1	Alteração de limites.	237
3.1.1	Usurpação de águas.	237
3.1.2	Esbulho possessório	238
3.1.3	Concurso material.	238
3.1.4	Ação penal.	238
3.2	Supressão ou alteração de marca em animais	239
4	DO DANO.	239
4.1	Dano.	239
4.1.1	Dano qualificado.	240
4.2	Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	240
4.3	Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	241
4.4	Alteração de local especialmente protegido	242

4.5	Ação penal	242
5	DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA	242
5.1	Apropriação indébita	242
5.1.1	Formas qualificadas	244
5.2	Apropriação indébita previdenciária	244
5.2.1	Figuras assemelhadas	245
5.2.2	Extinção da punibilidade	245
5.2.3	Perdão judicial	246
5.2.4	Estado de necessidade	246
5.3	Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	247
5.4	Apropriação de tesouro	248
5.5	Apropriação de coisa achada	248
5.6	Apropriação privilegiada	249
6	DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES	249
6.1	Estelionato	249
6.1.1	Estelionato privilegiado	251
6.1.2	Disposição de coisa alheia como própria	251
6.1.3	Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria	252
6.1.4	Defraudação de penhor	252
6.1.5	Fraude na entrega de coisa	252
6.1.6	Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro	253
6.1.7	Fraude no pagamento por meio de cheque	253
6.1.8	Estelionato qualificado	255
6.2	Duplicata simulada	255
6.2.1	Falsificação ou adulteração do registro de duplicatas	256
6.3	Abuso de incapazes	256
6.4	Induzimento à especulação	257
6.5	Fraude no comércio	258
6.5.1	Fraude no comércio de metais ou pedras preciosas	259
6.5.2	Fraude no comércio privilegiada	259
6.6	Outras fraudes	260
6.7	Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações	260
6.8	Emissão irregular de conhecimento de depósito ou “warrant”	260
6.9	Fraude à execução	261
7	DA RECEPÇÃO	262
7.1	Recepção	262
7.1.1	Recepção simples dolosa própria	263
7.1.2	Recepção simples dolosa imprópria	263
7.1.3	Recepção no exercício de atividade comercial	263
7.1.4	Recepção culposa	264
7.1.5	Recepção privilegiada	264
7.1.6	Recepção qualificada pelo objeto material	264

7.1.7	Receptação e favorecimento real.....	265
7.1.8	Aspectos controvertidos sobre a receptação.....	265
8	DAS IMUNIDADES PENAIS.....	267
8.1	Generalidades.....	267
8.2	Imunidades penais absolutas.....	267
8.3	Imunidades penais relativas.....	268
8.4	Exceções às imunidades penais.....	268
IV	— DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL.....	269
1	DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	269
1.1	Violação de direito autoral.....	269
1.1.1	Reprodução de obra com violação de direito autoral.....	270
1.2	Usurpação de nome ou pseudônimo alheio.....	271
1.3	Ação penal.....	271
2	DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO.....	271
3	DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO.....	271
4	DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL.....	272
V	— DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	273
1	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE TRABALHO.....	273
2	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE CONTRATO DE TRABALHO E BOICOTAGEM VIOLENTA.....	274
3	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO.....	274
4	PARALISAÇÃO DE TRABALHO, SEGUIDA DE VIOLÊNCIA OU PERTURBAÇÃO DA ORDEM.....	275
5	PARALISAÇÃO DE TRABALHO DE INTERESSE COLETIVO.....	276
6	INVASÃO DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL OU AGRÍCOLA. SABOTAGEM.....	277
7	FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABALHISTA.....	278
8	FRUSTRAÇÃO DE LEI SOBRE A NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO.....	279
9	EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COM INFRAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA.....	280
10	ALICIAMENTO PARA O FIM DE EMIGRAÇÃO.....	281
11	ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL.....	281

VI — DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS.	283
I DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO	283
I.1 Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo	283
I.1.1 Forma qualificada	284
2 DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS	284
2.1 Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária	284
2.1.1 Forma qualificada	285
2.2 Violação de sepultura	285
2.3 Destruição, subtração ou ocultação de cadáver	286
2.4 Vilipêndio a cadáver	287
VII — DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES	289
I DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL	289
I.1 Estupro.	289
I.2 Atentado violento ao pudor	291
I.3 Posse sexual mediante fraude.	292
I.3.1 Forma qualificada	293
I.4 Atentado ao pudor mediante fraude.	293
I.4.1 Forma qualificada	294
I.5 Assédio sexual	294
2 DA SEDUÇÃO E DA CORRUPÇÃO DE MENORES.	295
2.1 Sedução	295
2.2 Corrupção de menores	296
3 DO RAPTO.	297
3.1 Rapto violento ou mediante fraude	297
3.2 Rapto consensual.	298
3.3 Diminuição da pena.	299
3.4 Concurso de rapto e outro crime	299
4 DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES.	299
4.1 Formas qualificadas pelo resultado.	299
4.2 Presunção de violência.	300
4.3 Ação penal	302
4.4 Aumento de pena.	303
5 DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOAS.	303
5.1 Generalidades.	303
5.2 Mediação para servir à lascívia de outrem	303
5.2.1 Figuras típicas qualificadas	304
5.3 Favorecimento da prostituição	304

5.3.1	Figuras típicas qualificadas	305
5.4	Casa de prostituição	306
5.5	Rufianismo	307
5.6	Tráfico internacional de pessoas	308
5.7	Tráfico interno de pessoas	310
5.8	Formas qualificadas e presunção de violência	311
6	DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR	311
6.1	Disposições gerais	311
6.2	Ato obsceno	311
6.3	Escrito ou objeto obsceno	313
VIII	DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA	315
1	DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO	315
1.1	Bigamia	315
1.1.1	Bigamia praticada por pessoa não casada	316
1.1.2	Exclusão do crime	316
1.2	Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento	316
1.2.1	Ação penal	317
1.3	Conhecimento prévio de impedimento	317
1.4	Simulação de autoridade para a celebração de casamento	317
1.5	Simulação de casamento	318
1.6	Adultério	318
2	DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO	319
2.1	Registro de nascimento inexistente	319
2.2	Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido	320
2.2.1	Causa de diminuição de pena	321
2.2.2	Conflito aparente de normas	322
2.3	Sonegação do estado de filiação	322
3	DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR	323
3.1	Abandono material	323
3.1.1	Pagamento de pensão alimentícia	324
3.2	Entrega de filho menor a pessoa inidônea	324
3.2.1	Promessa ou entrega de filho ou pupilo	325
3.2.2	Figura qualificada	325
3.2.3	Participação no crime	325
3.3	Abandono intelectual	326
3.4	Abandono moral	326
4	DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA OU CURATELA	327
4.1	Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes	327
4.2	Subtração de incapazes	328
4.2.1	Perdão judicial	329

IX — DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA.....	331
I DOS CRIMES DE PERIGO COMUM.....	331
I.1 Generalidades.....	331
I.2 Incêndio.....	331
I.2.1 Incêndio qualificado.....	332
I.2.2 Incêndio culposo.....	332
I.3 Explosão.....	332
I.3.1 Explosão privilegiada.....	333
I.3.2 Explosão qualificada.....	334
I.3.3 Explosão culposa.....	334
I.4 Uso de gás tóxico ou asfíxiante.....	334
I.4.1 Modalidade culposa.....	335
I.5 Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfíxiante.....	335
I.6 Inundação.....	336
I.6.1 Inundação culposa.....	336
I.7 Perigo de inundação.....	337
I.8 Desabamento ou desmoronamento.....	337
I.8.1 Modalidade culposa.....	338
I.9 Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento.....	339
I.10 Formas qualificadas de crime de perigo comum.....	339
I.11 Difusão de doença ou praga.....	340
I.11.1 Modalidade culposa.....	341
2 DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS.....	341
2.1 Perigo de desastre ferroviário.....	341
2.1.1 Desastre ferroviário.....	342
2.1.2 Desastre culposo.....	342
2.1.3 Resultado morte ou lesão corporal.....	342
2.2 Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo.....	342
2.2.1 Sinistro em transporte marítimo, fluvial ou aéreo.....	343
2.2.2 Prática do crime com o fim de lucro.....	343
2.2.3 Modalidade culposa.....	343
2.2.4 Resultado morte ou lesão corporal.....	343
2.3 Atentado contra a segurança de outro meio de transporte.....	344
2.3.1 Figura típica qualificada.....	344
2.3.2 Modalidade culposa.....	344
2.3.3 Resultado morte ou lesão corporal.....	345
2.4 Arremesso de projétil.....	345
2.4.1 Resultado morte ou lesão corporal.....	346
2.5 Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública.....	346
2.5.1 Crime qualificado.....	346

2.6	Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico ou telefônico	346
2.6.1	Crime qualificado	347
3	DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA	347
3.1	Epidemia	347
3.1.1	Epidemia qualificada pelo resultado	348
3.1.2	Epidemia culposa	348
3.2	Infração de medida sanitária preventiva	348
3.3	Omissão de notificação de doença	349
3.4	Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal ..	350
3.4.1	Entrega a consumo ou depósito para distribuição	351
3.4.2	Envenenamento culposo	351
3.5	Corrupção ou poluição de água potável	351
3.5.1	Corrupção ou poluição culposa	352
3.6	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios	352
3.6.1	Fabricação, venda, exposição à venda, importação, depósito, distribuição ou entrega a consumo	353
3.6.2	Modalidade culposa	353
3.7	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	353
3.7.1	Importação, venda, exposição à venda, depósito, distribuição e entrega do produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	354
3.7.2	Modalidade culposa	355
3.8	Emprego de processo proibido ou de substância não permitida	355
3.9	Invólucro ou recipiente com falsa indicação	355
3.10	Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores	356
3.11	Substância destinada à falsificação	357
3.12	Outras substâncias nocivas à saúde	357
3.12.1	Modalidade culposa	358
3.13	Medicamento em desacordo com receita médica	358
3.13.1	Modalidade culposa	359
3.14	Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica	359
3.14.1	Forma qualificada	360
3.15	Charlatanismo	361
3.16	Curandeirismo	361
3.16.1	Curandeirismo e liberdade de crença e religião (art. 5.º, VI, da CF)	363
3.16.2	Curandeirismo qualificado	364
3.17	Forma qualificada	364
X	DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA	365
I	INCITAÇÃO AO CRIME	365

2	APOLOGIA DE CRIME OU CRIMINOSO	365
3	QUADRILHA OU BANDO	366
3.1	Quadrilha ou bando armado	367
3.2	Crime hediondo	367
3.3	Delação premiada	368

XI — DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA 369

1	DA MOEDA FALSA	369
1.1	Moeda falsa	369
1.1.1	Circulação de moeda falsa	371
1.1.2	Figura típica privilegiada	371
1.1.3	Fabricação ou emissão irregular de moeda	371
1.1.4	Desvio e circulação antecipada	371
1.2	Crimes assimilados ao de moeda falsa	371
1.2.1	Figura típica qualificada	372
1.3	Petrechos para falsificação de moeda	372
1.4	Emissão de título ao portador sem permissão legal	373
1.4.1	Recebimento ou utilização de títulos como dinheiro	373
2	DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS	373
2.1	Falsificação de papéis públicos	373
2.1.1	Uso de papéis falsificados	375
2.1.2	Supressão de carimbo ou sinal indicativo de inutilização	376
2.1.3	Utilização de papéis em que foi suprimido carimbo ou sinal	376
2.1.4	Circulação de papéis recebidos de boa-fé	376
2.2	Petrechos de falsificação	376
3	DA FALSIDADE DOCUMENTAL	377
3.1	Falsificação de selo ou sinal público	377
3.1.1	Uso de selo ou sinal falsificado	378
3.1.2	Uso indevido de selo ou sinal verdadeiro	378
3.1.3	Alteração, falsificação e uso indevido de marcas, logotipos, siglas e outros símbolos	378
3.2	Falsificação de documento público	378
3.2.1	Documento público por equiparação	381
3.2.2	Falsidade em documentos e papéis relacionados com a Previdência Social	382
3.2.3	Omissão de dados em documentos relacionados à Previdência Social	382
3.2.4	Ausência de registro do empregado na Carteira de Trabalho	382
3.2.4.1	Competência da Justiça Federal ou da Justiça Estadual.	383
3.3	Falsificação de documento particular	384
3.4	Falsidade ideológica	386
3.4.1	Abuso de papel em branco assinado	388

3.4.2	Falsificação ou alteração de assentamento de registro civil	389
3.4.2.1	Conflito aparente de normas	389
3.5	Falso reconhecimento de firma ou letra	390
3.6	Certidão ou atestado ideologicamente falso	391
3.6.1	Falsidade material de atestado ou certidão	392
3.6.2	Forma qualificada	392
3.7	Falsidade de atestado médico	392
3.7.1	Forma qualificada	393
3.8	Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica	393
3.8.1	Uso de selo ou peça filatélica	393
3.9	Uso de documento falso	394
3.10	Supressão de documento	396
4	DE OUTRAS FALSIDADES	397
4.1	Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins	397
4.2	Falsa identidade	398
4.3	Uso de documento de identidade alheia	399
4.4	Fraude de lei sobre estrangeiros	400
4.4.1	Atribuição de falsa qualidade a estrangeiro	401
4.5	Falsidade em prejuízo da nacionalização de sociedade	401
4.6	Adulteração de sinal identificador de veículo automotor	402
4.6.1	Causa de aumento de pena	403
4.6.2	Contribuição para o licenciamento ou registro	403
XII	— DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	405
I	DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	405
I.1	Conceito de funcionário público	405
I.1.1	Funcionário público por equiparação	405
I.1.2	Casos de aumento de pena	406
I.2	Peculato	406
I.2.1	Peculato-furto	409
I.2.2	Peculato culposo	410
I.2.3	Reparação do dano no peculato culposo	410
I.3	Peculato mediante erro de outrem	411
I.4	Inserção de dados falsos em sistema de informações	411
I.5	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	412
I.6	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento	413
I.7	Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	414
I.8	Concussão	415
I.8.1	Excesso de exação	416

1.8.2	Excesso de exação qualificado.	417
1.9	Corrupção passiva	418
1.9.1	Corrupção passiva qualificada	419
1.9.2	Corrupção passiva privilegiada.	419
1.10	Facilitação de contrabando ou descaminho	420
1.11	Prevaricação	420
1.12	Omissão no dever de vedar acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar.	422
1.13	Condescendência criminosa.	423
1.14	Advocacia administrativa.	424
1.15	Violência arbitrária	424
1.16	Abandono de função	426
1.16.1	Abandono de função qualificado	426
1.17	Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.	427
1.18	Violação de sigilo funcional	427
1.18.1	Figuras assemelhadas.	428
1.18.2	Figuras qualificadas.	429
1.19	Violação de sigilo de proposta de concorrência.	429
2	DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL.	429
2.1	Usurpação de função pública	429
2.1.1	Usurpação de função pública qualificada.	431
2.2	Resistência	431
2.2.1	Resistência qualificada pelo resultado	432
2.2.2	Concurso.	432
2.3	Desobediência	433
2.4	Desacato.	435
2.5	Tráfico de influência	438
2.5.1	Causa de aumento de pena	439
2.6	Corrupção ativa	439
2.6.1	Corrupção ativa qualificada	441
2.7	Contrabando ou descaminho	441
2.7.1	Contrabando ou descaminho por assimilação	442
2.7.2	Contrabando ou descaminho qualificados.	443
2.8	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência.	443
2.9	Inutilização de edital ou de sinal.	444
2.10	Subtração ou inutilização de livro ou documento	444
2.II	Sonegação de contribuição previdenciária.	445
2.II.1	Extinção da punibilidade	446
2.II.2	Perdão judicial ou aplicação exclusiva de multa.	446
2.II.3	Sonegação de contribuição previdenciária privilegiada	446
2.II.4	Parcelamento do débito	447

3	DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA	447
3.1	Noções gerais	447
3.2	Corrupção ativa em transação comercial internacional	447
3.2.1	Causa de aumento de pena	449
3.3	Tráfico de influência em transação comercial internacional	449
3.3.1	Causa de aumento de pena	450
3.4	Funcionário público estrangeiro	450
3.4.1	Funcionário público estrangeiro por equiparação	450
4	DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	450
4.1	Reingresso de estrangeiro expulso	450
4.2	Denúnciação caluniosa	451
4.2.1	Denúnciação caluniosa qualificada	454
4.2.2	Denúnciação caluniosa privilegiada	454
4.3	Comunicação falsa de crime ou contravenção	454
4.4	Auto-acusação falsa	455
4.5	Falso testemunho ou falsa perícia	456
4.5.1	Causa de aumento de pena	458
4.5.2	Retratação	458
4.6	Corrupção ativa de testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete	458
4.6.1	Causa de aumento de pena	459
4.7	Coação no curso do processo	459
4.8	Exercício arbitrário das próprias razões	460
4.9	Subtração, supressão, destruição ou dano de coisa própria em poder de terceiro	462
4.10	Fraude processual	462
4.10.1	Fraude em processo penal	464
4.11	Favorecimento pessoal	464
4.11.1	Favorecimento pessoal privilegiado	465
4.11.2	Escusa absolutória	465
4.12	Favorecimento real	465
4.13	Exercício arbitrário ou abuso de poder	467
4.14	Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança	467
4.14.1	Figuras típicas qualificadas	468
4.14.2	Concurso material	468
4.14.3	Promoção ou facilitação culposa	468
4.15	Evasão mediante violência contra a pessoa	469
4.16	Arrebatamento de preso	470
4.17	Motim de presos	471
4.18	Patrocínio infiel	472
4.18.1	Patrocínio simultâneo ou tergiversação	472
4.19	Sonegação de papel ou objeto de valor probatório	474

4.20	Exploração de prestígio	475
4.20.1	Exploração de prestígio qualificada	476
4.21	Violência ou fraude em arrematação judicial	476
4.22	Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito	477
5	DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS.	478
5.1	Generalidades.	478
5.2	Contratação de operação de crédito	479
5.2.1	Operação de crédito irregular.	480
5.3	Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	480
5.4	Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura	481
5.5	Ordenação de despesa não autorizada	481
5.6	Prestação de garantia graciosa	482
5.7	Não-cancelamento de restos a pagar.	483
5.8	Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura	483
5.9	Oferta pública ou colocação de títulos no mercado.	484
	<i>Anexo</i> — Resumo da matéria	487
	<i>Bibliografia</i>	619